

8. PROTOCOLO DE CORABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE A UNIVERSIDADE DO MINHO E A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal o protocolo em epígrafe, que tem como objeto definir nos termos da parceria entre a UMinho e a Câmara Municipal de Braga que visam garantir as necessárias condições para que a BLCS possa cumprir a sua missão de prestação de serviços de leitura pública, designadamente no que concerne ao financiamento dos encargos a suportar pelas duas instituições.



Universidade do Minho

A ~ L Santos.

19.01.24



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

ENTRE A

UNIVERSIDADE DO MINHO

E A

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

PREÂMBULO

1. Em 1991 foi celebrado um contrato-programa entre o Instituto Público do Livro e das Bibliotecas, a Câmara Municipal de Braga e a Universidade do Minho, que viria a ser complementado por uma adenda de 1996, documentos que estabeleceram as condições iniciais de implementação em Braga do projeto Bibliopolis, criado pelo referido Instituto, que deveria ser articulado com as outras duas instituições. Na sequência desse contrato-programa, o antigo Albergue Distrital de Braga, prédio urbano situado no Largo de S. Pedro e nº 8 e Rua Santo António das Travessas, nºs 36 e 38 e o prédio nº 34, da mesma rua, inscritos na respetiva matriz da freguesia de Braga e classificados de 'interesse público', pelo Decreto-Lei nº 45/93, de 30 de novembro, foram cedidos à UMinho, a título precário e gratuito, ao abrigo do Decreto-Lei nº 24 de 13 de setembro de 1934, na condição de no mesmo ser instalado um novo polo da Biblioteca Pública de Braga. Após a aprovação do projeto de arquitetura, pelo Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR), a UMinho responsabilizou-se pela realização das obras de adaptação dos referidos prédios às novas funções, sob orientação técnica da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

2. A celebração de um acordo entre a UMinho e a Câmara Municipal de Braga estabeleceu os termos e os mecanismos de gestão e repartição de encargos entre as duas instituições e a afetação de pessoas técnico especializado em bibliotecas e documentação em número adequado para a sua entrada em funcionamento. Posteriormente, viria a ser realizada uma atualização do contrato programa inicial no qual se estabeleceu que: i) a conceção, organização e gestão da Biblioteca de Leitura Pública de Braga deveria obedecer aos requisitos definidos pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, constante do Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais, devendo a CMB e a UMinho acordar entre si os mecanismos de gestão e repartição dos encargos da futura

Biblioteca, por forma a dotá-la das condições financeiras adequadas ao cumprimento das respetivas obrigações; ii) deveria ser criado um quadro de pessoal próprio, estável e adequado às necessidades da Biblioteca, quer em número de lugares, quer em perfil profissional, não podendo o mesmo ser inferior ao previsto para uma BM3 de acordo com o Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais.

3. Tendo o Ministério da Cultura inviabilizado a possibilidade da futura biblioteca constituir um instituto público, com gestão indireta do Município de Braga e da Universidade do Minho, foi equacionado um novo enquadramento institucional para a montagem de um serviço de leitura pública, em Braga, o qual viria a consubstanciar-se na criação de uma unidade dotada de autonomia administrativa e financeira, comparticipada pela Autarquia de Braga e pela Universidade do Minho, que viria a dar origem à atual Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, doravante designada por BLCS, inaugurada em 21 de dezembro de 2004. Para garantir a constituição e funcionamento da nova instituição, foi assinado um protocolo de cooperação entre a Universidade do Minho e a Câmara Municipal de Braga, o qual estabeleceu as obrigações a assumir pelas duas entidades no quadro dos encargos com pessoal e com as despesas correntes necessárias ao seu funcionamento. Os termos desse protocolo, que enquadraram a parceria que tem sido desenvolvida entre as duas instituições, determinavam a sua vigência por 15 anos, razão porque se procede agora à assinatura de um novo Protocolo de cooperação destinado a definir as suas futuras obrigações relativas ao funcionamento da BLCS, que nos seus 14 anos de existência assumiu uma grande relevância cultural na cidade de Braga, cumprindo a missão que foi definida para a Biblioteca de Leitura Pública de Braga, conforme consagrado nos seus Estatutos, publicados no Diário da República, nº 196, de 20 de agosto de 2004.

Assim,

a **Universidade do Minho**, doravante denominada UMinho, instituição de ensino superior pública de natureza fundacional, com sede no Largo do Paço, 4704-553 Braga, detentora do NIPC 502 011 378, neste ato representada pelo seu Reitor, Professor Doutor Rui Manuel Vieira de Castro

e a

Câmara Municipal de Braga, doravante denominada CMB, com sede na Praça do Município, Braga, detentora do NIPC 506901173, representada pelo Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Rio,

celebram entre si este Protocolo de colaboração que se destina a regular a gestão financeira conjunta da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (BLCS), que constitui uma Unidade Diferenciada da UMinho, contemplada nos seus Estatutos.

Cláusula 1ª

Âmbito

O presente Protocolo de Cooperação tem como objeto definir os termos da parceria entre a UMinho e a CMB que visam garantir as necessárias condições para que a BLCS possa cumprir a sua missão de prestação de serviços de leitura pública, designadamente no que concerne ao financiamento dos encargos a suportar pelas duas instituições.

Cláusula 2ª

Natureza dos encargos

Os encargos a suportar pelas duas instituições respeitam às despesas com o pessoal, em conformidade com o número de lugares necessário à prossecução dos objetivos da BLCS, em número e em especialização, adequado à dimensão e diversidade dos serviços prestados, bem como às demais despesas, correntes e de capital, decorrentes do funcionamento da Biblioteca.

Cláusula 3ª

Repartição dos encargos com pessoal

1. De acordo com o previsto no artigo 18º dos Estatutos da BLCS, e na alínea c) do nº 2 da Cláusula 3ª do anterior Protocolo de Cooperação, celebrado entre a UMinho e a CMB, completando-se 15 anos de exercício da Biblioteca em 2019, os encargos com pessoal deverão ser suportados em partes iguais por cada uma das partes.

2. De acordo com a tipologia da Biblioteca e as orientações *do Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais* o número de efetivos da BLCS deverá estabilizar em cerca de 30 efetivos.

3. Para atingir e garantir o número de elementos de pessoal necessário e adequado ao bom funcionamento da Biblioteca as partes podem optar por modalidades especiais de contratação, ou recorrer às diferentes modalidades de mobilidade no âmbito do mapa de pessoal de cada uma das instituições parceiras ou de outras que disponham de recursos humanos qualificados nas áreas de necessidade da BLCS, podendo ainda para o efeito celebrar acordos de cedência de interesse público.

Cláusula 4ª

Despesas Correntes e de Capital

As despesas correntes e de capital, exceto de investimento e de benfeitorias no edifício, que se considerem indispensáveis ao funcionamento dos serviços da Biblioteca serão suportadas em partes iguais pelas duas partes.

Cláusula 5ª

Transferência de meios financeiros

A transferência de meios financeiros para a BLCS de modo a fazer face aos encargos com pessoal e outras despesas correntes e de capital é feita por duodécimos.

Cláusula 6ª

Acomodação do depósito legal

Em qualquer circunstância em que a BLCS tenha dificuldades em albergar os livros do depósito legal estes serão transferidos para a Biblioteca Pública de Braga, no Largo do Paço, sendo os encargos decorrentes desse processo repartidos entre as partes.

Cláusula 7ª

Dever de informação

As partes subordinam-se ao dever de informação mútua no que respeita à execução dos compromissos assumidos no presente protocolo.

Cláusula 8ª

Revisão do Protocolo

Em caso de alteração das circunstâncias que regem este Protocolo, ou resultantes de quaisquer consequências decorrentes de situações que possam por em causa o acordo estabelecido entre as partes, que não sejam passíveis de resolução no âmbito da Comissão Diretiva da BLCS, ou no quadro dos Estatutos que regem a instituição, qualquer das partes pode propor a sua revisão.

Cláusula 9ª

Validade

O presente Protocolo de Cooperação entrará em vigor a partir da data da sua assinatura e será válido por um período de dez anos.

Lido e aprovado o presente Protocolo de Cooperação, é assinado pelos representantes legais de cada instituição.

Braga, 28 de dezembro de 2018

Universidade do Minho

Câmara Municipal de Braga

Rui Vieira de Castro
Reitor

Ricardo Rio
Presidente